

PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

DIRETOR ESCOLAR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **04**.

Educação superior: para a sociedade e para o mercado

Lideranças empresariais apontam que a educação superior tem atendido insatisfatoriamente às necessidades do mercado de trabalho. A publicidade do comércio educacional replica essa crítica como forma de atrair estudantes com a promessa da formação ideal.

Nesse contexto, ganham expressão os cursos de graduação das “*employer universities*” (“universidades de empregadores”, em tradução livre), que privilegiam o contexto profissional e enfatizam habilidades e competências técnicas e pragmáticas demandadas circunstancialmente pelo mercado de trabalho.

As universidades brasileiras foram constituídas e constitucionalmente consolidadas sob forte influência do modelo oitocentista alemão de universidades de pesquisa proposto por Alexander von Humboldt. Nestas, ensino e pesquisa são indissociáveis e ocorrem em um ambiente de liberdade do que se pesquisa e do que se aprende.

A universidade humboldtiana baseia-se em uma comunidade acadêmica ampla e diversa, na qual as pesquisas básicas e teóricas são valorizadas pelos conhecimentos que produzem, coexistindo com as pesquisas aplicadas que geram tecnologias e inovações à sociedade.

Atenta ao mercado de trabalho, mas sem o compromisso de acompanhá-lo no mesmo passo, a universidade de pesquisa acolhe e desenvolve uma multiplicidade de habilidades e competências que enriquecem a diversidade intelectual dos estudantes. O resultado é que os campos tecnológicos interagem com as ciências humanas; as ciências da vida incorporam as exatas; as ciências seguem permanentemente em busca de novas intersecções.

Se as “*employer universities*” objetivam formar para o mercado de trabalho, as universidades de pesquisa o fazem para as realidades do todo da sociedade. Estes dois modelos de educação superior exercem papéis distintos, não necessariamente excludentes, mas complementares. Ambos têm (ou teriam) funções a desempenhar como propulsores do desenvolvimento artístico, cultural, econômico e social do país.

(Gerson Yukio Tomanari. *Folha de S.Paulo*. 13.11.2022. Adaptado)

01. De acordo com o texto,

- (A) a tentativa do setor produtivo de direcionar o ensino superior à formação para o trabalho já prejudica a produção científica.
- (B) a negligência das universidades brasileiras às demandas do mercado de trabalho tem se traduzido em prejuízos econômicos.
- (C) o ensino ofertado nas chamadas universidades de empregadores fica muito aquém da formação desejada pelo mercado de trabalho.
- (D) o chamado comércio educacional usa a insatisfação de lideranças empresariais com o ensino superior em benefício próprio.
- (E) a influência de um ideal ultrapassado de ensino tem comprometido o aproveitamento dos alunos das universidades de pesquisa.

02. O autor do texto defende que

- (A) o modelo anacrônico das universidades de pesquisa precisa ser superado por não satisfazer os anseios econômicos e sociais atuais.
- (B) as universidades de empregadores precisam assumir que pesquisa e ensino são indissociáveis, pois só assim se tornarão relevantes.
- (C) a indefinição quanto ao modelo de ensino a se adotar produz impactos negativos na formação superior em universidades brasileiras.
- (D) o modelo de ensino superior voltado à pesquisa frustra estudantes que objetivam desenvolver competências para o trabalho.
- (E) as universidades empregadoras e as de pesquisa, apesar de modelos distintos, são ambas relevantes econômica e socialmente.

03. Assinale a alternativa em que, com a reorganização da oração do primeiro parágrafo, o uso da vírgula está em conformidade com a norma-padrão da língua.

- (A) Como forma de atrair, estudantes com a promessa da formação ideal a publicidade do comércio educacional replica essa crítica.
- (B) Como forma de atrair estudantes com, a promessa da formação ideal a publicidade do comércio educacional replica essa crítica.
- (C) Como forma de atrair estudantes com a promessa, da formação ideal a publicidade do comércio educacional replica essa crítica.
- (D) Como forma de atrair estudantes com a promessa da formação ideal, a publicidade do comércio educacional replica essa crítica.
- (E) Como forma de atrair estudantes com a promessa da formação ideal a publicidade do comércio educacional, replica essa crítica.

04. Assinale a alternativa em que a redação está em conformidade com a norma-padrão de ortografia e de concordância da língua portuguesa.

- (A) Muitos universitários ainda exitam quando precisa se decidir sobre as possibilidades de direcionamento da formação superior.
- (B) A existência de universidades de empregador e de pesquisa propiscia aos estudantes a escolha do modelo ao qual se ajuste.
- (C) A fala sobre o ensino desconectado do mercado de trabalho parece enviesada, haja vista os interesses das lideranças empresariais.
- (D) O tipo de produção do conhecimento que se realizam nas universidades de pesquisa é imprecindível para a geração de inovação.
- (E) Impõem-se ao ingressante no ensino superior a necessidade de interar-se das propostas das universidades antes de fazer sua escolha.

05. Considere o texto a seguir.

Diz que o físico falou para o neurocientista: nada é mais complexo do que o universo, origem de tudo o que existe, ao que o outro retrucou: exceto a massa de células que ____ I _____. O economista que cruzava a praça não teve dúvidas: eis aí dois agentes racionais, maximizando capital social; enquanto o antropólogo ____ II ____ que não atrapalhasse o debate, de interesse etnográfico.

(Álvaro Machado Dias, *Piada de cientista*. Folha de S.Paulo. 26.07.2022. Adaptado)

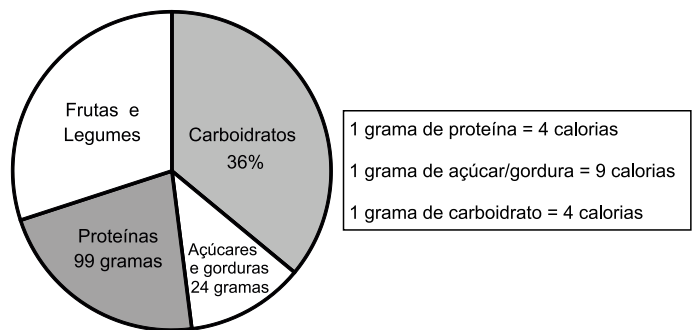
De acordo com a norma-padrão da língua, as lacunas do texto devem ser preenchidas com:

- (A) (I) lhe possibilita conceber-lhe ... (II) pedia-lhe
- (B) (I) lhe possibilita concebê-lo ... (II) pedia-o
- (C) (I) lhe possibilita concebê-lo ... (II) pedia-lhe
- (D) (I) o possibilita concebê-lo ... (II) pedia-o
- (E) (I) o possibilita concebê-lo ... (II) pedia-lhe

06. Determinado número de amostras de frutas e legumes foram testadas para verificação de resíduos de agrotóxicos. Do total de amostras testadas, $\frac{2}{9}$ não apresentaram resíduos de agrotóxicos. Dentre as demais amostras testadas, $\frac{4}{7}$ apresentaram resíduos de somente um tipo de agrotóxico e as 120 amostras restantes apresentaram resíduos de dois tipos de agrotóxicos. O número de amostras testadas que apresentaram resíduos de somente um tipo de agrotóxico era

- (A) 360.
- (B) 310.
- (C) 260.
- (D) 210.
- (E) 160.

07. Uma pessoa, que está ingerindo 1800 calorias por dia, dividiu sua alimentação diária em 4 grupos – Grupo 1: frutas e legumes; Grupo 2: carboidratos; Grupo 3: açúcares e gorduras e Grupo 4: proteínas. Para realizar os cálculos das quantidades de calorias, em gramas de alimentos consumidos, ela usou a tabela de conversão, que se encontra ao lado do gráfico, que, por sua vez, mostra algumas informações sobre os grupos de alimentos consumidos por ela.



Nessas condições, em relação às 1800 calorias ingeridas diariamente, as frutas e legumes correspondem a

- (A) 15%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 30%.
- (E) 35%.

08. Uma sala retangular ABCD foi dividida em 3 consultórios, C_1 , C_2 e C_3 , um banheiro (W) e uma sala de espera, conforme mostra a figura, cujas dimensões indicadas estão em metros.

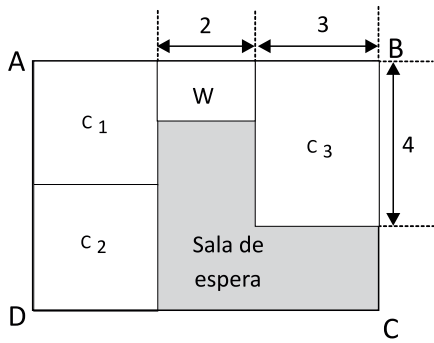


Figura fora de escala

O banheiro é retangular, com área igual a 3 m^2 , os consultórios C_1 e C_2 são quadrados, cada um deles com área igual a 9 m^2 e o consultório C_3 é retangular. Nessas condições, o perímetro da sala de espera é igual a

- (A) 19 m.
 (B) 18 m.
 (C) 17 m.
 (D) 16 m.
 (E) 15 m.
09. A tabela apresenta algumas informações sobre as massas corporais dos 5 membros de uma família.

	Massa corporal (em kg)
Pai	79
Mãe	$x + 16$
Filho mais velho	54,3
Filho do meio	x
Filho mais novo	38,7

Sabendo que a média aritmética das massas corporais da mãe e do pai supera em $24,5 \text{ kg}$ a média aritmética das massas corporais dos 3 filhos, a média aritmética das massas corporais dos 5 membros dessa família é

- (A) 58,2 kg.
 (B) 57,5 kg.
 (C) 56,8 kg.
 (D) 55,3 kg.
 (E) 54,4 kg.

10. Determinado tipo de cereal é vendido em caixas no formato de um prisma reto de base retangular, conforme mostra a figura, em que as medidas internas indicadas estão em centímetros.

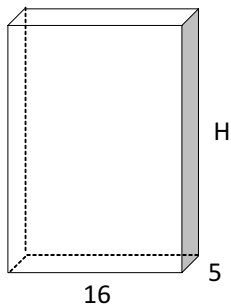


Figura fora de escala

O cereal, no interior da caixa, ocupa 90% da capacidade máxima dela e rende 36 porções de 12g cada uma. Sabendo que 3g desse cereal correspondem a 10 cm^3 , a altura H da caixa é igual a

- (A) 18 cm.
- (B) 20 cm.
- (C) 24 cm.
- (D) 26 cm.
- (E) 28 cm.

R A S C U N H O

ATUALIDADES

11. Os alunos que ingressarem no Ensino Médio a partir deste ano (2022) vão se deparar com uma novidade. O Novo Ensino Médio, aprovado numa lei de 2017, passa a valer a partir deste ano letivo e vai mudar gradativamente o ensino em escolas públicas e privadas de todo o país.

(G1, 12.01.2022)

Dentre as novidades, está a

- (A) supressão de disciplinas obrigatórias a critério do estabelecimento.
- (B) introdução do ensino técnico a partir do 1º ano.
- (C) adoção de itinerários informativos a partir de 2025.
- (D) incorporação de duas línguas estrangeiras modernas ao currículo.
- (E) ampliação das horas letivas de 800 para mil horas anuais.

12. A Floresta Amazônia teve 3988 km² desmatados nos seis primeiros meses de 2022, de acordo com o Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

(CorreioBraziliense, 08.07.2022)

Lideraram o desmatamento os estados

- (A) de Rondônia e do Amapá.
- (B) do Amazonas e do Pará.
- (C) do Mato Grosso e de Roraima.
- (D) do Pará e do Amapá.
- (E) do Amazonas e de Rondônia.

13. A escritora paulista morreu, neste domingo, 13 de abril, aos 98 anos, em São Paulo. Foi integrante da Academia Brasileira de Letras (ABL), e autora de obras como *Ciranda de pedra*, *As meninas*, *Antes do baile verde*, *A Disciplina do amor* e *As horas nuas*, entre outras. Foi ganhadora de inúmeros prêmios literários.

(CNN, 03.04.2022. Adaptado)

Trata-se de

- (A) Lygia Fagundes Telles.
- (B) Adélia Prado.
- (C) Ana Cristina Cesar.
- (D) Rachel de Queiroz.
- (E) Nélida Pinon.

14. Prêmio Nobel de Medicina, anunciado nesta segunda-feira, 3 de outubro, vai para um sueco, especialista em genética.

(Exame, 03.10.2022. Adaptado)

Ele foi escolhido

- (A) pela descoberta de bactéria relacionada à gastrite.
- (B) pela descoberta do vírus papiloma que causa câncer cervical.
- (C) por estudos sobre o genoma de extintos hominídeos e a evolução humana.
- (D) por estudos sobre novas terapias contra a malária.
- (E) pela descoberta do vírus que provoca a hepatite C.

15. Liz Truss, a primeira-ministra do Reino Unido, renunciou hoje, 20 de outubro, ao cargo de premiê, sendo a líder com passagem mais rápida por Downing Street, sede do governo. Ela pediu a renúncia após um período de 45 dias na função de premiê, mas fica no cargo até que seu substituto assuma.

(UOL, 20.10.2022. Adaptado)

A renúncia da primeira ministra teve como causa

- (A) os reflexos políticos do *Brexit*, saída do bloco da União Europeia.
- (B) a forte pressão do Partido Trabalhista, que exigia cargos no governo.
- (C) a posição política de apoio à Rússia, em guerra há meses com a Ucrânia.
- (D) os problemas econômicos que geraram forte instabilidade econômica.
- (E) os desentendimentos políticos e econômicos com o recém coroado Rei Charles III.

16. Para auxiliar com a aquisição de equipamentos pela sua unidade de ensino, um usuário recebeu orçamentos de 5 empresas distintas, salvos em 5 arquivos diferentes em uma pasta local de seu computador com MS-Windows 7, em sua configuração padrão, conforme a imagem a seguir.



Ao verificar que um dos arquivos estava com padrão de nome diferente dos demais, e tendo todos os acessos necessários para realizar a alteração, o usuário resolveu renomear tal arquivo. Para habilitar a função de renomear um dos arquivos, que ficou com nome fora do padrão, o usuário seleciona o arquivo desejado, usa o atalho _____ e, em seguida, digita o nome correto.

- (A) F8
- (B) F6
- (C) F4
- (D) F3
- (E) F2

17. A imagem a seguir mostra um parágrafo de um documento sendo preparado por meio do MS-Word 2010, em sua configuração padrão.

Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico

Nesse momento, o usuário selecionou todo o parágrafo e clicou em um ícone de formatação de Fonte. O resultado dessa ação se vê na imagem a seguir.

Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico

Assinale a alternativa que descreve o ícone de formatação de Fonte utilizado conforme o enunciado.

- (A) Sublinhado.
- (B) Tachado.
- (C) Itálico.
- (D) Pincel de Formatação.
- (E) Limpar formatação.

18. Com objetivo de atribuir salas de aula de acordo com a quantidade de alunos de cada turma, um usuário elaborou a planilha exibida a seguir por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão. As colunas A e B mostram as turmas e suas respectivas quantidades de alunos. Na coluna C, foram colocadas fórmulas para determinar em qual corredor deve estar cada turma, sabendo-se que, no corredor A, ficam salas para turmas com até 20 alunos, e, no corredor B, ficam as demais salas.

	A	B	C
1	Turma	Qtde	Corredor
2	Turma 1	15	A
3	Turma 2	21	B
4	Turma 3	18	A
5	Turma 4	24	B

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula aplicada na célula C2, conforme o enunciado.

- (A) =SE(B2<20;"B";"A")
 - (B) =SE(B2>20;"B";"A")
 - (C) =SE(B>20;"B";"A")
 - (D) =SE(B<20;"B";"A")
 - (E) =SE(B<20;"A";"B")
19. Observe a imagem a seguir, que mostra a opção Meu Drive do Google Drive, em sua configuração padrão, sendo clicada e abrindo um menu com opções.



Assinale a alternativa que apresenta o número posicionado ao lado do ícone de nome Upload de arquivo.

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 1
- (D) 5
- (E) 4

20. Com o intuito de marcar uma reunião com uma equipe da Secretaria de Educação para planejar e avaliar ações pedagógicas, um usuário preparou o seguinte e-mail no gmail.com, em sua configuração padrão:

De: João
Para: Maria; Beatriz; Fernando
Cc: Rita
Cco: Rodolfo
Assunto: melhor data para reunião

No corpo do e-mail foi solicitado que cada um, ao responder, usasse a opção Responder para Todos. Todos responderam a mensagem seguindo a solicitação. Considere que todas as mensagens foram enviadas e recebidas com sucesso.

Assinale a alternativa que contém o nome para o qual não chegou a resposta enviada por Beatriz.

- (A) Maria.
- (B) Fernando.
- (C) Rita.
- (D) Rodolfo.
- (E) João.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Libâneo (2004), aponta que as mudanças que vêm ocorrendo no mundo, “o novo paradigma econômico, os avanços científicos e tecnológicos, a reestruturação do sistema de produção e tecnológicos, a reestruturação do sistema de produção e as mudanças no mundo do conhecimento afetam a organização do trabalho e o perfil dos trabalhadores, repercutindo na qualificação profissional e, por consequência, nos sistemas de ensino e nas escolas”. Esses aspectos apontados por Libâneo mereceram destaque no trabalho de Assmann (2004). Para este, o mundo está se transformando numa trama complexa de sistemas aprendentes e de ambientes propiciadores de experiências do conhecimento. Assmann ressalta que um tema-chave para a escola do futuro é a
- (A) exigência de que a etapa final da educação básica treine para a tecnologia do mundo do trabalho.
 - (B) dependência crescente da capacidade humana de aprender em relação ao uso de computadores.
 - (C) substituição progressiva dos professores pelos laboratórios de informática e os computadores individuais.
 - (D) dominação dos currículos nacionais pelos países mais desenvolvidos, pela sua supremacia tecnológica.
 - (E) interatividade cognitiva entre aprendentes humanos e máquinas ‘inteligentes’ e aprendentes.
22. Ao abordar a relação entre sociedade e educação, Luckesi (2002) destaca três tendências filosófico-políticas para compreender a educação, as quais se constituíram ao longo da prática educacional. A primeira tendência é a redentora, que compreende a educação como a responsável pela direção da sociedade e da vida social, salvando-a da situação em que se encontra. A segunda tendência vê a educação como reprodutora da sociedade. E, a terceira tendência é a que tem por perspectiva compreender a educação como mediação de um projeto social, isto é, a educação como transformadora da sociedade. A relação entre sociedade, educação e escola também é objeto de reflexão de Rios (2011), que destaca a relevância da cultura, como elemento estruturante da sociedade. Segundo Rios, “há uma interferência recíproca que atravessa todas as instituições que constituem o social” e pode-se “verificar que a escola tem uma função *contraditória* – ao mesmo tempo em que é fator de manutenção, ela transforma a cultura”. Para Rios, “a escola é parte da sociedade e tem com o todo uma relação
- (A) inflexível”.
 - (B) dialética”.
 - (C) sistêmica”.
 - (D) autocrática”.
 - (E) democrática”.
23. A CF/88 e a LDBEN/96 estabelecem a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Essas leis determinam que o ensino será ministrado com base em vários princípios, entre eles, o da garantia de seu padrão de qualidade. Dourado (2009), o qual aborda a questão da qualidade da Educação, apresenta alguns aspectos fundamentais concernentes à construção de um movimento nacional para sua promoção. No âmbito legal, essa questão da qualidade da educação tem seu parâmetro definido no artigo 11 da Lei Federal nº 13.005/2014, que estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) como fonte de informação para aferição dessa qualidade e para
- (A) desenvolvimento de capacitação dos gestores das escolas com baixo desempenho.
 - (B) premiação dos alunos melhor classificados com cursos de informática.
 - (C) atribuição de bônus salarial aos professores das escolas de sucesso.
 - (D) premiação das escolas que obtiveram o melhor desempenho.
 - (E) orientação das políticas públicas desse nível de ensino.
24. No Brasil, a Constituição Federal (CF/88) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) estabelecem que Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e que os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. Essas duas legislações estabelecem que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino. Libâneo (2010) ressalta que embora haja menção explícita à articulação entre os sistemas de ensino, ainda não é possível afirmar que o país tenha um sistema nacional articulado de educação. As expectativas nesse sentido, segundo o autor, voltaram-se para a elaboração do _____, uma vez que, de acordo com o art. 9º da LDBEN/96, ela seria incumbência da União em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto
- (A) Plano Nacional de Educação
 - (B) Currículo da Educação Básica
 - (C) Calendário Escolar Unificado
 - (D) Programa Nacional de Combate ao Racismo
 - (E) Sistema de Avaliação do Ensino Fundamental

25. A Lei Federal nº 13.257/2016, dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, visando a assegurar seus direitos. Nesse sentido, ela destaca, no art. 16, que a expansão da educação infantil deverá ser feita de maneira a assegurar a qualidade da oferta, com instalações e equipamentos que obedecem a padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação, com profissionais qualificados conforme dispõe a LDBEN/96, e com currículo e materiais pedagógicos adequados à proposta pedagógica. Essa mesma LDBEN, no art. 29, dispõe que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. No art. 30, define que essa etapa será oferecida em creches para crianças de até 3 anos de idade e, em pré-escolas, para as de até 4 a 5 anos de idade. No art. 31, essa Lei estabelece algumas regras para organização de Educação Infantil: carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por um mínimo de 200 dias de trabalho educacional, sendo exigida, do total de horas, a frequência mínima de

- (A) 50%.
- (B) 60%.
- (C) 70%
- (D) 75%.
- (E) 80%.

26. A BNCC, Base Nacional Comum Curricular (2017) reforça que, “nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo”. Essa concepção deve embasar a elaboração da proposta pedagógica de creches e pré-escolas, assim como outros elementos que constam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/09), tais como o respeito aos princípios: éticos, políticos e estéticos e os eixos estruturantes das práticas pedagógicas (as interações e a brincadeira). Uma contribuição relevante para elaborar essa proposta é oferecida pela obra de Campos e Rosemberg (2009), cuja primeira parte “contém critérios relativos à organização e ao funcionamento interno das creches, que dizem respeito principalmente às práticas concretas adotadas no trabalho direto com as crianças”. Segundo as autoras, os pressupostos do documento “baseiam-se em três áreas de conhecimento e ação: dados sistematizados e não sistematizados sobre a realidade vivida no cotidiano da maioria das creches brasileiras que atendem a criança pequena pobre; o estado do conhecimento sobre o desenvolvimento infantil em contextos alternativos à família, no Brasil e em países mais desenvolvidos,(...); discussões nacionais e internacionais sobre os direitos das crianças e a qualidade dos serviços voltados para a população infantil”. Campos e Rosemberg consideraram como objetivo mais urgente desse seu trabalho

- (A) oferecer texto de referência para a formação de educadores infantis nos cursos de pedagogia, com orientações práticas.
- (B) atingir, concreta e objetivamente, um patamar mínimo de qualidade no atendimento em creches, o qual respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças.
- (C) fornecer critérios para o poder público municipal visoriar, avaliar e autorizar, ou não, o funcionamento de creches particulares, bem como orientar as creches públicas mantidas por ele.
- (D) atender solicitação da Câmara de Educação Infantil do Ministério da Educação, no sentido de assessorá-la para a definição de diretrizes destinadas ao atendimento em creches.
- (E) retribuir aos dirigentes e educadores de creches que contribuíram com as pesquisas realizadas, oferecendo-lhes orientações fundamentadas cientificamente para atender as crianças.

27. Segundo o artigo 22 da Lei nº 9.394/96 (LDBEN), “a Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para que ele possa progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Esse desenvolvimento se dá ao longo dos 17 primeiros anos de vida dos educandos, passa, em caráter regular, pelas etapas sequenciais de educação escolar, explicitadas pela mesma LDBEN e reafirmadas pela Resolução CNE/CEB nº 04/2010 em seu art. 21: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em seus artigos 21 e 23, essa Resolução retoma o estabelecido pela LDBEN em relação ao ensino fundamental: obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, e tendo por objetivo a formação básica do cidadão, mediante “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”. E, no art. 24, a mesma Resolução destaca que, nos anos iniciais desse ensino fundamental, o processo educativo, o qual abrange diversos conhecimentos, habilidades e atitudes, tem como foco central a alfabetização

- (A) em toda a 1ª fase de 5 (cinco) anos.
- (B) durante os 4 (quatro) primeiros anos.
- (C) ao longo dos 3 (três) primeiros anos.
- (D) exclusivamente no 1º e 2º anos.
- (E) somente no 1º ano.

28. Patrícia, candidata ao concurso de diretora de escola de um município paulista, ao estudar as diretrizes para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), reportou-se, inicialmente, ao Parecer CNE/CEB nº 11/00, que fundamenta a EJA tomando por base o caráter incompleto do ser humano que tem potencial para desenvolver-se e atualizar-se em quadros escolares ou não escolares, e que explicita as funções da EJA: reparadora, equalizadora e qualificadora. Ao ler o art. 28 da Resolução CNE/CEB nº 04/2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica), Patrícia tomou conhecimento de vários aspectos para o desenvolvimento da EJA. Posteriormente, recorreu à Resolução CNE/CEB nº 3/2010 e ao Parecer CNE/CEB nº 6/2010, que estabelecem diretrizes específicas para a EJA, as quais orientam que, para seu melhor desenvolvimento, cabe

- (A) oferecê-la, exclusivamente, no formato presencial, tanto no seguimento do ensino fundamental quanto do médio, para atender, adequadamente, as dificuldades de aprendizagem dos alunos.
- (B) adotá-la como política pública de governo, provisória, enquanto houver pessoas para cursar o ensino fundamental e o médio com idade superior à considerada normal para sua conclusão regular.
- (C) implementá-la, totalmente, no formato EaD – Educação à Distância, pois os alunos trabalham em horários que quase sempre os impedem de acompanharem cursos presenciais.
- (D) institucionalizá-la como política pública de Estado, com gestão democrática, assumindo a diversidade de sujeitos aprendizes e fortalecendo sua vocação para educação ao longo da vida.
- (E) organizá-la, obrigatoriamente, articulada à educação profissional e, preferencialmente, oferecida na rede particular de ensino, por empresas ou por ONGs.

- 29.** A Lei nº 13.146/2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que assegura vários direitos da pessoa com deficiência, entre eles a educação, abordada no art. 27, o qual estabelece que deve ser assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendido ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. No art. 28, é estabelecida a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual merece destaque no texto sobre *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva* (2010), que ressalta a necessidade de mudanças na escola, no Projeto Político Pedagógico, na sua autonomia e na gestão democrática. O AEE também é alvo do trabalho de Machado (2009), realizado em Florianópolis, sobre a inclusão de todos os alunos nas escolas municipais comuns e a transformação dos serviços de educação da rede regular de ensino. Para isso, foi preciso entender que esse serviço tem um caráter complementar à educação escolar e não um caráter substitutivo. Diante dessa situação, Machado ressalta que o primeiro eixo dessa transformação é a
- (A) mobilização dos pais para cobrar dos governantes um serviço de qualidade.
 - (B) busca de investimentos externos para esse serviço.
 - (C) sensibilização da comunidade escolar sobre o AEE.
 - (D) formação continuada de professores.
 - (E) gestão democrática das escolas.
- 30.** A educação inclusiva destinada às pessoas com deficiência está contemplada em várias legislações brasileiras e, também, em outros documentos como a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e na Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008). No artigo art. 2º da Resolução CNE/CEB nº 2/01, aos sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Outro aspecto relevante destacado nessa Resolução, está no art. 7º, o qual determina que o atendimento destinado aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular
- (A) somente nos berçários e creches, para crianças de zero a três anos.
 - (B) em toda a educação infantil, de zero a cinco anos, e apenas nela.
 - (C) apenas nos anos iniciais do ensino fundamental, após diagnóstico da deficiência.
 - (D) nas etapas da educação infantil e do ensino fundamental, exceto no ensino médio.
 - (E) em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.

31. A Lei Municipal nº 6.447/2015, estabelece o Plano Municipal de Educação de São Bernardo do Campo (PME), que está em consonância com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Nesses Planos há diretrizes e metas a serem realizadas durante os 10 anos de sua vigência. Uma das diretrizes é a universalização do atendimento escolar, sendo que o inciso II, do art. 2º, do PME, destaca as modalidades de ensino e etapas envolvidas, isto é,
- (A) Educação Infantil (0-5 anos).
 - (B) Educação Infantil (0-5 anos) e anos iniciais do Ensino Fundamental.
 - (C) Educação Infantil (4 e 5 anos) e Ensino Fundamental.
 - (D) Educação Infantil (4 e 5 anos), Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 - (E) Educação Infantil (4 e 5 anos), Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior.
32. O século XX trouxe, aos que se dedicam à educação escolar, contribuições teóricas importantes para a compreensão dos processos de desenvolvimento humano e de aprendizagem, como são exemplos as de Piaget, de Vygotsky e de Wallon, as quais são discutidas por LA TAILLE, OLIVEIRA e DANTAS (1992). De acordo com o que esses estudiosos analisam e apresentam nessa obra,
- (A) Vygotsky designou os processos cognitivos por funções mentais, elementares e superiores, e atribuiu o desenvolvimento do que chamou de consciência, exclusivamente ao afeto que, na sua teoria, caracteriza a mediação.
 - (B) Wallon, formado em filosofia e em medicina, toma, como eixo do desenvolvimento da criança, o processo que leva do motor ao mental e que recebe a influência dos fatores sociais, somente a partir dos dois anos, com o início da fala.
 - (C) Piaget escreveu que a inteligência humana só se desenvolveu no indivíduo em função de interações sociais, e que o desenvolvimento moral vai da heteronomia, (sob coação), para a autonomia, (a depender de relações de cooperação entre iguais).
 - (D) Piaget e Vygotsky explicam o desenvolvimento humano como um processo que passa necessariamente por fases ou etapas, enquanto Wallon adota uma lógica de continuum, ininterrupto, idêntico para todos os indivíduos da espécie, com exceção, apenas, de casos patológicos.
 - (E) Vygotsky fundamenta sua teoria sobre o desenvolvimento psicológico tomando por base o funcionamento do cérebro e atribui grande importância à educação escolar porque é ela que transmite conceitos científicos e, assim, promove as funções psicológicas superiores.
33. Yves LA TAILLE, Marta K. de OLIVEIRA e Heloysa DANTAS, na obra *Teorias psicogenéticas em discussão* (1992), analisam, respectivamente, a teoria de Jean Piaget, a de Lev S. Vygotsky e a de Henri Wallon. Na primeira parte, focalizam os fatores biológicos e sociais e, na segunda, a afetividade e a cognição. Do ponto de vista dos processos educativos que buscam favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos indivíduos, a leitura dessas análises e argumentações de LA TAILLE, OLIVEIRA e DANTAS permite “defender” a intersubjetividade, a interação adulto/criança e criança/criança, como elemento privilegiado na organização e condução dos processos educativos escolares, com apoio nos postulados de
- (A) Wallon, apenas.
 - (B) Vygotsky, apenas.
 - (C) Piaget, apenas.
 - (D) Vygotsky e Piaget, apenas.
 - (E) Vygotsky, Piaget e Wallon.
34. Paulo Freire, na obra *Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa* (2011), desenvolve uma reflexão, tecida com significativa argumentação, de como educar para a autonomia, considerando os processos psicológicos do desenvolvimento humano e da aprendizagem, já imbricados nas relações entre educação e sociedade, em nosso contexto histórico e político. Entre os saberes apresentados por Freire como necessários ao educador para uma prática educativa coerente com a Pedagogia da Autonomia, consta o
- (A) da neutralidade ideológica perante os educandos.
 - (B) do rigor científico no combate aos saberes experienciais.
 - (C) da disponibilidade ao diálogo, que o confirma inconcluso e curioso.
 - (D) do domínio perfeito dos conteúdos disciplinares para transferi-los com segurança.
 - (E) de disciplinar a curiosidade dos educandos para os temas relevantes do currículo.

35. Dermeval Saviani, na obra *Escola e Democracia*, analisa, no movimento histórico, a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e Pedagogia da Existência, quanto à relação da educação escolar com a sociedade para o acesso ao conhecimento, explicitando que esse acesso permaneceu desigual, assim como a sociedade que lhe corresponde. O autor entende que o processo educativo é a passagem da desigualdade à igualdade e propõe uma Pedagogia que articule o trabalho desenvolvido nas escolas com o processo de democratização da sociedade. Sem referir-se a esse texto de Saviani, mas levando em consideração o mesmo contexto social e político de desigualdade, Miguel Arroyo (2013) avança em suas reflexões, articulando-as às apresentadas em suas obras anteriores, pondo foco, agora, no currículo escolar, no campo de trabalho dos professores e da escola com o conhecimento. Arroyo (2013) discute o currículo como
- (A) território em disputa, revelado pelas tensões vividas: por docentes, para serem reconhecidos em sua condição de sujeitos e autores; por alunos, ao emergirem como sujeitos; por ambos, pelo acesso ao conhecimento e ao poder.
 - (B) campo de trabalho com o conhecimento, o qual tem merecido investimentos no mundo todo, acompanhando a globalização do capitalismo e buscando, por meio de avaliações internacionais, o currículo único e ideal.
 - (C) território disputado por especialistas da área educacional, os quais propõem reformas quase sempre conflitantes além de inadequadas ao enfrentamento dos problemas dos sistemas de ensino de nosso país.
 - (D) área privilegiada para formação da força de trabalho nas modernas sociedades capitalistas de classes e que tem atraído atenção crescente de governantes nos países centrais, o que não acontece no Brasil.
 - (E) núcleo central do trabalho educativo escolar e formador da cidadania, o qual precisa ficar a salvo de disputas ideológicas para que a identidade nacional e a própria segurança do país não sofram danos.
36. A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, LDBEN/96, em seus artigos 1º e 2º, em consonância com o artigo 205 da Constituição Federal de 88, estabelece, como finalidade da educação, “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Com qual percurso formativo busca cumprir tal finalidade? A mesma Lei, em seu artigo 26, estabelece que a Educação Básica terá um currículo composto por uma parte comum, a qual será complementada por uma parte diversificada, indicando, ainda, componentes curriculares obrigatórios da primeira. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, nos 59 artigos da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, norteiam o cumprimento das determinações legais no desenvolvimento do currículo, para a garantia do direito à educação. Em seus artigos de 15 a 17, essa Resolução define, entre outras questões, que a parte diversificada do currículo
- (A) enriquece a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando todos os tempos e espaços constituintes do ensino.
 - (B) pode ter o estudo de uma segunda língua estrangeira moderna incluído pela comunidade escolar, de sua livre escolha, caso a língua inglesa, já incluída pela LDBEN/96, na parte comum, não atenda suas necessidades.
 - (C) deve ter, obrigatoriamente, 25% do total da carga horária anual destinada ao desenvolvimento de seus programas e projetos, criados pelas escolas, com variedade, para escolha dos estudantes.
 - (D) tem permissão para fazer abordagem didática transdisciplinar de seus conteúdos, sem, contudo, imiscuir-se com as disciplinas da parte comum, prejudicando a identidade de cada uma, de seu objeto e seus métodos de investigação.
 - (E) será organizada em temas gerais, na forma de eixos temáticos, selecionados pela equipe técnica do sistema educativo ao qual pertence a unidade escolar, devendo qualquer adequação ser autorizada pela mesma equipe.

37. Gomes (in: Moreira, 2007) aponta, em seu artigo, que “há uma nova sensibilidade nas escolas públicas, sobretudo para a diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos. Sensibilidade que vem se traduzindo em ações pedagógicas de transformação do sistema educacional em um sistema inclusivo, democrático e aberto à diversidade”. Entretanto, a pesquisadora ressalta que, ao analisar as propostas e documentos oficiais, a diversidade aparece não como um dos eixos centrais da orientação curricular, mas, sim, como um tema que, muitas vezes, transversaliza o currículo, sendo entendida como pluralidade cultural. A Resolução CNE/CP nº 01/2004, a qual institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, estabelece, no § 3º, do artigo 3º, o ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, e refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

Na análise da autora, a cultura deve ser vista como um eixo que orienta

- (A) esse ensino sistemático, acertadamente preconizado para esses três componentes.
- (B) a escolha de conteúdos escolares de todas as disciplinas e não apenas dessas três.
- (C) as experiências e práticas curriculares, e não como um tema e nem como disciplina.
- (D) o reforço da identificação pessoal e do pertencimento racial, os quais vêm de casa.
- (E) a abordagem das questões raciais pela escola de forma sempre romantizada.

38. A Resolução CNE/CP nº 2/2017, institui a Base Nacional Comum Curricular, estabelecem que ao longo da Educação Básica, os alunos devem desenvolver as dez competências gerais da Educação Básica. A BNCC e os currículos “têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos”. Outro aspecto relevante, relativo às questões que envolvem o currículo, se referem à avaliação no cotidiano escolar, que merece destaque no trabalho de Oliveira e Pacheco (in: Esteban, 2005). Os autores criticam a implantação de processos de avaliação generalizados para todos níveis de escolarização, bem como mais uma de controle do trabalho pedagógico. Para eles, “o que se pretende é considerar os conhecimentos dos alunos como redes tecidas através de processos de aprendizagem singulares, múltiplos e imprevisíveis, na medida em que cada aluno incorpora novas informações às suas próprias redes de modo diferente dos demais, por isso é importante desenvolver formas e

- (A) adaptar para avaliação apenas a listagem de conteúdos presentes em livros didáticos”.
- (B) instrumentos de avaliação compatíveis à pluralidade de pessoas, de saberes e de processos de aprendizagem”.
- (C) mecanismos de avaliação que permitam melhor avaliar os conteúdos mínimos assimilados pelos alunos”.
- (D) utilizar, apenas, instrumentos perfeitos de avaliação que permitem verificar os conteúdos dos planejamentos de aulas”.
- (E) procedimentos de avaliação padronizada para todos os alunos ditos “normais” e deficientes, promovendo assim a efetiva inclusão educativa”.

39. Sofia Lerche Vieira, em capítulo da obra “Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos” (FERREIRA e AGUIAR, org., 2004) analisa que, nas últimas décadas, os estudos e propostas relativos a questões da educação escolar foram se alargando: a) ao considerarem que a função da escola, como formadora da cidadania, é atravessada pelos interesses das classes sociais; b) ao incorporarem as demandas da chamada sociedade do conhecimento; c) ao constatarem que a escola passou a constituir-se em importante foco da política educacional. A autora acrescenta que esses movimentos, de ordens distintas, articulam-se com a reflexão acerca dos novos desafios da gestão educacional, pois a constatação de que a escola tem papel fundamental na formação da cidadania revela o caráter estratégico de sua gestão para
- (A) a eliminação do analfabetismo.
 - (B) o exercício desta função política e social.
 - (C) a uniformização do perfil do cidadão brasileiro ideal.
 - (D) a obtenção do máximo rendimento com baixos custos.
 - (E) uma melhor classificação do Brasil nas avaliações internacionais.
40. Libâneo, Oliveira e Toschi (2010), ao analisarem o sistema de organização e de gestão da escola, relacionando teoria e prática, colocam em discussão contribuições de Chiavenato, de Paro e de Griffiths. As reflexões explicitadas permitem compreender que as escolas, assim como as famílias, as fábricas, os supermercados e as igrejas, como organizações sociais, têm seu sistema de organização e gestão. Nas escolas, organizações sociais de caráter institucional, cujos objetivos “contemplam a aprendizagem escolar, a formação da cidadania e a de valores e atitudes”, seu sistema de organização e gestão é constituído pelo “conjunto de ações, recursos, meios e procedimentos que
- (A) controlam a observância de todas as diretrizes curriculares nas salas de aula”.
 - (B) aplicam a teoria administrativa elaborada pela academia para obter eficácia”.
 - (C) asseguram o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação”.
 - (D) permitem o controle diário das funções de docentes e funcionários”.
 - (E) propiciam as condições para alcançar esses objetivos”.
41. João Barroso, in Ferreira (org.), 2008, discute a flexibilização da gestão e o reforço da autonomia das escolas. Em concordância com análises sobre a gestão da escola e sua autonomia, realizadas por Carmen M. de Castro Neves, in Veiga (org.), 1995, e por Libâneo; Oliveira e Toschi, 2010, Barroso argumenta que a autonomia da escola
- (A) constitui um modelo de gestão legalmente previsto e pré-existente à ação dos indivíduos, o qual pode ser ou não apoiado pelos docentes, desde que assumido pelo gestor.
 - (B) representa uma proposta democrática defendida por muitos sindicatos de educadores, a qual associa a defesa da eleição dos diretores de escola à liberdade de currículo.
 - (C) faz parte das democracias ocidentais e seu funcionamento depende, unicamente, de regulamentação pelos respectivos governos, os quais podem decretar graus variados para ela.
 - (D) é um conceito construído social e politicamente, pela interação dos diferentes atores organizacionais numa determinada escola e que expressa sua unidade em torno de princípios e objetivos legais.
 - (E) significa um anseio utópico de educadores que, inspirados em ideais libertários, opõem-se à burocratização da organização escolar, posta a serviço da reprodução da sociedade capitalista de classes.
42. Heloisa Lück (2010) esclarece que “o exercício do poder, isto é, a expressão de formas de influência entre pessoas e instituições, de modo determinar o rumo que tomam as ações que promovem, constitui um fenômeno natural e inerente às interações que ocorrem em qualquer organização social”. Dirigindo-se, principalmente a gestores escolares, a autora explica “a importância da tomada de consciência das formas de poder estabelecidas por trás das normas e usos instituídos na escola, assim como das forças contraditórias expressas em seu interior”, tendo em vista que “a partir do reconhecimento do significativo papel das relações de poder no interior da escola e de seu impacto efetivo na determinação de sua qualidade e da qualidade do ensino, essa dimensão se constitui um importante trabalho na atuação de gestores”. Lück, entre outras recomendações, orienta os gestores a atuarem de modo a
- (A) cuidar do fluxo de informações para que apenas o pequeno grupo que goza de sua confiança seja empoderado por elas.
 - (B) maximizar o desenvolvimento do poder por competência e a prática dessas relações para melhorar o trabalho educacional.
 - (C) desenvolver sua própria competência no combate à prática de contrapoder às suas decisões, com punições permitidas em lei.
 - (D) valer-se de seu poder de referência, pelo cargo que ocupa, para premiar professores mais colaborativos com alguns favores.
 - (E) usar o poder de referência de docentes antigos, na tomada de decisões, para barrar ímpetos “revolucionários” dos recém-chegados.

43. Sylvia C. Vergara (2009) em estudo sobre a gestão de pessoas, ao abordar a questão da liderança, destaca três teorias: a dos traços de personalidade, a dos estilos de liderança e a liderança contingencial (ou situacional). Esta última teoria “desfoca a atenção da figura do líder para o fenômeno da liderança. Alerta que ela é uma relação, ou seja, não se pode falar em líderes sem falar em liderados, não se pode falar em poder sem falar sobre quem ele é exercido. Nessa relação, são considerados três pilares fundamentais: líder, seguidores e situação”. Vergara acrescenta como destaques dessa teoria que, no que concerne
- (A) ao líder, sua autoridade formal, da posição que ocupa na hierarquia, não garante nem facilita a liderança.
 - (B) aos seguidores, o verdadeiro líder consegue modificar suas expectativas, motivações e interesses.
 - (C) à situação, considera-se, apenas, o contexto imediato e problemas emergentes.
 - (D) às características de personalidade, elas tanto podem facilitar como dificultar a liderança.
 - (E) ao estilo de liderança aplicado, o sucesso é sempre obtido pelo democrático.
44. Lück (2007) discute que a percepção da necessidade de desempenho qualitativo dos processos educacionais para o desenvolvimento da própria sociedade demanda que os sistemas de ensino e as unidades escolares adotem uma organização e gestão que se apoiem em uma visão abrangente da realidade, de sua complexidade e dinamismo e, coerentemente, se assentem “sobre bons procedimentos de administração bem resolvidos” e os supere “mediante ações de sentido mais amplo, maior compromisso de pessoas com processos sociais”, com perspectivas promissoras de transformação das instituições, das práticas educativas e das próprias pessoas. Lück considera que “aos gestores escolares compete, portanto, compreender tais perspectivas e respectivos processos, de modo a desenvolverem sua competência para
- (A) imprimirem, às escolas, suas próprias concepções assim alargadas”.
 - (B) liderarem com a unidade de ação sobre a qual têm responsabilidade”.
 - (C) promoverem a capacitação em serviço e o diálogo com a comunidade”.
 - (D) colocarem seu poder de posição para promover o avanço técnico-pedagógico”.
 - (E) conduzirem os profissionais de sua escola ao cumprimento das diretrizes oficiais”.
45. Libâneo (2004) afirma que “numa compreensão mais geral, a cultura organizacional (também chamada ‘cultura da escola’) diz respeito ao conjunto de fatores sociais, culturais, psicológicos que influenciam os modos de agir da organização como um todo e do comportamento das pessoas em particular”. Ele lembra, também, que as teorias da organização escolar ressaltam “a importância da criação de um clima de trabalho favorável e do incentivo para que todas as pessoas da equipe escolar se envolvam com a escola”. A esse respeito, Myrtes Alonso, em Vieira, Almeida e Alonso, org. (2003), mencionam pesquisas de Fullan & Hargreaves, as quais revelam a existência de uma certa “cultura do individualismo” que envolve a atividade docente, em contraposição ao ambiente de cooperação que deveria presidir a realização do trabalho educativo”, bem como revelam a dificuldade de rompimento dessa cultura individualista. Em relação à questão da cultura própria da escola e do clima organizacional a ela vinculado, Libâneo e Alonso, ao dirigirem-se aos gestores escolares, destacam, em suas análises, que a cultura escolar existente
- (A) é parte da cultura geral, herdada do colonialismo e só muda junto com ela, sendo prioritária a ação dos gestores escolares, em movimentos políticos, nessa direção, e não na escola.
 - (B) tornou-se individualista porque a gestão escolar burocratizou as relações no interior da escola, bastando que ela adote um estilo mais humanizado para suscitar a colaboração de todos.
 - (C) pode ser discutida, avaliada, planejada na direção dos objetivos da escola, durante a elaboração de seu projeto, por meio da gestão da participação das pessoas, em ambiente democrático.
 - (D) difere quando a escola é pública ou particular, pois, nesse segundo caso, o vínculo empregatício do professor obriga-o a atender o programado pelo gestor e colaborar para o sucesso empresarial.
 - (E) reflete o individualismo próprio da sociedade capitalista de classes e prepara os estudantes para viverem relações competitivas, impostas pela ideologia neoliberal, contra a qual a escola é impotente.

46. Anna e Marc Burbridge (2012) escrevem sobre a gestão de conflitos, dirigindo-se aos gestores das organizações em que eles acontecem, orientando-os, de modo fundamentado, sobre como reconhecê-los e classificá-los para lidar, adequadamente, com eles. Entre as orientações e recomendações a esse respeito consta a de que os conflitos
- (A) são fenômenos naturais, mas seus efeitos são inevitavelmente disfuncionais em relação à qualidade da organização e devem ser eliminados pelo gestor.
 - (B) podem referir-se a problema interno ou externo à organização, devendo, em qualquer caso, ser aplicada a ferramenta negociação, com mediação do gestor.
 - (C) nas organizações raramente têm raiz em comportamento humano, mas sendo esse o caso, o gestor deve aplicar o diálogo com as partes, separadamente.
 - (D) devem ser abordados pelo gestor de três maneiras básicas: usando poder, direitos ou interesses, sendo crucial a escolha correta de apenas uma delas.
 - (E) do dia a dia podem ser resolvidos em conjunto, com equilíbrio. sem depender do gestor, se existe comunicação aberta entre os elementos de uma equipe.
47. Letícia participou de um “wokshop” sobre “Participação e cultura organizacional”. Nesse evento, soube que Planejamento Dialógico consiste em um método que promove a comunicação entre todos os interessados/envidos na busca de consenso para a tomada de decisão compartilhada para enfrentar os problemas diagnosticados e buscar soluções. Procurando clarear essa ideia, um dos expositores citou Libâneo (2004), frisando que, para esse autor, o conceito de participação se fundamenta no de autonomia e que “na conquista da autonomia da escola, está presente a exigência da participação de professores, pais, alunos, funcionários e outros representantes da comunidade, bem como as formas dessa participação:
- (A) a escuta atenta, a implementação da tecnologia educacional, a discussão livre dos problemas, o controle das ações planejadas, a busca do consenso em valores”.
 - (B) a integração comunicativa, a discussão pública dos problemas e soluções, a busca do consenso em pautas básicas, diálogo intersubjetivo”.
 - (C) a validação na ação, a integração comunicativa, o controle das ações planejadas, a discussão dos problemas por área”.
 - (D) o controle das ações planejadas, a discussão técnica dos problemas e soluções, a escuta atenta”.
 - (E) a implementação da tecnologia educacional, a validação na ação, a busca do consenso pedagógico”.
48. Conforme explicita Lück (2010), o trabalho escolar é uma ação de caráter coletivo, realizado a partir da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar. No capítulo 3 da obra em questão, Lück trabalha especificamente o tema “promoção da gestão escolar participativa” e destaca que essa promoção “tem recebido dos dirigentes escolares o cuidado, em seu estabelecimento de ensino, no sentido do desenvolvimento de um ambiente estimulador dessa participação, a partir de certas atenções básicas.” A seguir, a autora cita seis tipos de atenções básicas, dentre as quais encontra-se
- (A) a valorização da capacidade e aptidões dos participantes.
 - (B) o estímulo incondicional e irrestrito aos os diferentes talentos.
 - (C) a pontuação da participação para a avaliação de desempenho.
 - (D) a melhor pontuação de desempenho aos membros sempre dispostos a ajudar.
 - (E) o apoio à implementação, apenas, de projetos concebidos e realizados em grupos.
49. Na LDBEN/96, consta como o oitavo dos princípios nos quais deve se basear o ensino, a gestão democrática do ensino público, e, em seu artigo 14, se estabelece que “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” Esses conselhos são discutidos por Ângela A. Ciseski e José E. Romão, in Gadotti e Romão (2001). Eles apontam diferentes opiniões sobre os Conselhos de Escola, analisando que, “especialmente num país de pouca ou nenhuma tradição democrática,” é claro “que o funcionamento de coletivos democráticos eficientes e eficazes, em qualquer nível ou âmbito das relações sociais, apresenta uma série de **dificuldades**”, tais como a de os representantes realmente apresentarem os interesses dos representados; a do caráter consultivo dos conselhos acabar legitimando decisões autoritárias e inibindo a participação. Eles concluem, entendendo que os Conselhos de Escola
- (A) acabam só onerando a equipe gestora, sem conseguir ajudar em nada.
 - (B) funcionariam melhor se instituídos apenas depois da democratização geral.
 - (C) são redundantes em relação às Associações de Pais e Mestres, já consolidadas.
 - (D) mesmo com dificuldades, já são um primeiro passo de um processo irreversível.
 - (E) devem receber atenção das gestões municipais democráticas para melhorarem.

50. O Projeto Político Pedagógico (PPP), ou Projeto Pedagógico, conforme a LDBEN (Lei nº 9394/96), é um documento que reúne os objetivos, metas e diretrizes de uma escola, e deve ser elaborado obrigatoriamente por toda instituição de ensino. A esse respeito, no texto “O projeto político-pedagógico e a gestão da escola”, Bussmann (in Veiga, 1995) afirma que “Por razões pedagógicas e técnico-administrativas, inerentes ao compromisso da escola com a educação e o ensino, são reforçadas hoje a necessidade e o desafio de cada escola construir seu próprio projeto político-pedagógico e administrá-lo”. A seguir, Bussmann afirma que essa construção não se restringe à elaboração de um documento, mas, essencialmente, a
- (A) implantar um processo de ação-reflexão, ao mesmo tempo global e setorizado.
 - (B) administrar todos os recursos da escola para que a aprendizagem dos alunos ocorra da melhor forma possível.
 - (C) planejar, organizar e aplicar os recursos essenciais para o funcionamento da instituição como um todo.
 - (D) garantir a constituição das identidades dos sujeitos, nas dimensões sociais, éticas e políticas, em uma perspectiva crítica.
 - (E) estabelecer metas que tenham como foco melhorar as práticas educacionais da escola, apontando maneiras mais eficazes de ensinar.
51. Carlos, estudante de pedagogia, aprendeu que o Regimento Escolar é fundamental para que toda instituição de ensino possa funcionar de maneira adequada e de acordo com a lei. Ele aprendeu, também, que além da legislação básica, a própria instituição tem o papel de definir seu Regimento escolar. Interessado no tema, Carlos leu o texto de Wolf, “Regimento escolar de escolas públicas: para além do registro de normas”. Nele constatou que “A legislação educacional vigente, fundada em uma concepção de gestão democrática, apresenta o Regimento Escolar como documento resultante de uma construção coletiva, que deve
- (A) basear-se num consenso de ideias pedagógicas de modo a eliminar todo conflito didático”.
 - (B) incorporar, portanto, todas as sugestões apresentadas pela Associação de Pais e Mestres”.
 - (C) refletir o projeto político-pedagógico da escola e normatizar a organização administrativa, didático-pedagógica e disciplinar da instituição de ensino”.
 - (D) selecionar as determinações legais que melhor atendem à realidade escolar e local para incorporá-las em suas normas”.
 - (E) entrar em vigor depois de devidamente aprovada pelo Conselho de Escola”.
52. Carina, ao estudar para o concurso de Diretor de Escola, verificou que o trabalho pedagógico desenvolvido nas diversas salas de aula, revela diferentes tendências educacionais. Verificou, também, que tais tendências se desenvolvem a partir da necessidade de inovação de uma sociedade. Lendo a obra “Filosofia da Educação”, de Luckesi (2002), tomou ciência de que, segundo esse autor, as tendências pedagógicas podem ser classificadas em duas grandes linhas de pensamento: liberal e progressista. Ambas têm por finalidade preparar os alunos para a vida em sociedade, contudo, cada uma apresenta uma forma de organização diferenciada. A progressista é uma tendência que se fundamenta em uma análise crítica das realidades sociais, sustentando as finalidades sociopolíticas da educação. De acordo com Luckesi, essa ampla tendência progressista compreende as tendências classificadas em libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos. No que diz respeito à tendência libertadora, ela é mais conhecida como pedagogia de
- (A) Maurício Tragtenberg.
 - (B) Florestan Fernandes.
 - (C) Dermeval Saviani.
 - (D) Paulo Freire.
 - (E) Darcy Ribeiro.
53. Um dos temas bastante discutidos entre os educadores é o da construção do conhecimento pelos sujeitos. Nessa perspectiva, Weisz (2002) defende que ensino e aprendizagem, processos distintos, precisam ser articulados em situações de aprendizagem organizadas pelo professor e adequadas ao processo de construção de conhecimento que o aluno está vivenciando. Segundo a autora, boas situações de aprendizagem costumam ser aquelas em que os alunos “têm problemas a resolver e decisões a tomar em função do que se propõem produzir”, precisando
- (A) pesquisar por si mesmos, em diferentes fontes, os temas apresentados pelo professor.
 - (B) pôr em jogo tudo o que sabem e pensam sobre o conteúdo que se quer ensinar.
 - (C) trabalhar individualmente, em sala de aula, na biblioteca ou em laboratórios.
 - (D) desenvolver habilidades para usarem as tecnologias da informação e comunicação.
 - (E) ter oportunidade de participarem em grupos de debate em sala de aula.

54. A evolução tecnológica da sociedade proporciona o desenvolvimento contínuo de ferramentas que aperfeiçoam o modo com que nos comunicamos e interpretamos uma informação. Por essa razão, o emprego das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) na educação tem merecido a atenção e o empenho de educadores e pesquisadores. M. Elizabeth B. de Almeida (in VIEIRA, ALMEIDA e ALONSO, 2003) analisa que “a utilização de ambientes virtuais de colaboração e aprendizagem na escola favorece a criação e a atualização contínua de uma rede colaborativa formada por pessoas que atuam na escola (diretor, coordenadores, professores, funcionários, alunos), especialistas, membros da comunidade, outras organizações da sociedade civil ou autoridades da secretaria da educação etc.” A autora argumenta que a “utilização desses ambientes virtuais de colaboração e aprendizagem na escola permite criar um sistema de gestão de conhecimentos e informações” e destaca que “assim, gestores escolares terão informações disponíveis que lhes permitam identificar dificuldades e buscar compreendê-las e sobrepujá-las por meio _____; selecionar e articular informações que tragam subsídios _____; acompanhar em nível macro as ações desenvolvidas tanto no âmbito administrativo quanto no pedagógico, de modo a adquirir _____”.

Assinale a alternativa cujos termos preenchem as lacunas na ordem em que aparecem, deixando a frase correta.

- (A) do diálogo ... à tomada de decisões ... uma visão do todo
- (B) de sua análise ... à avaliação de pessoal ... autoridade legítima
- (C) da reflexão ... à gestão de sucesso ... o respeito de todos
- (D) de negociação ... aos ajustes do currículo ... certa resiliência
- (E) do uso da razão ... a decisões acertadas ... liderança e poder

55. Philippe Perrenoud (1999) discute a temática da avaliação da educação escolar entre duas lógicas: a da avaliação formativa e a de seleção. O autor argumenta que, sendo a vocação da avaliação formativa a de contribuir para as aprendizagens, em uma lógica de ação, sem resignar-se com as desigualdades e as dificuldades, ela

- (A) é incompatível, desde seus princípios, com qualquer seleção.
- (B) favorece a aprendizagem nos anos escolares iniciais, mas é contra-indicada para os finais.
- (C) protege, com essa lógica, os carentes, mas “amarra” os bem nascidos e talentosos.
- (D) tem uma relação prática delicada com a de seleção; não lhe dá as costas, mas a vê como um mal necessário.
- (E) incomoda os professores e a burocracia escolar; os primeiros, com novas e difíceis demandas e, esta última, pelo dever de impô-las a eles.

56. Na obra “Avaliar para promover: as setas do caminho” (2001), Jussara Hoffmann, estudiosa do tema avaliação, destaca a importância do professor praticar o que ela conceitua como uma “avaliação mediadora”, isto é, observar o aluno e refletir sobre as melhores estratégias que visem promover sua aprendizagem, num ciclo que passa pelas etapas de mobilização, experiência educativa e expressão do conhecimento, alargando-se, progressivamente, no sentido de

- (A) diminuir a possibilidade do aluno cometer erros.
- (B) induzir o aluno a aplicar tudo que lhe foi ensinado.
- (C) favorecer a abertura do aluno a novas possibilidades.
- (D) possibilitar o sucesso do aluno nas avaliações externas.
- (E) disponibilizar ao aluno todos os conteúdos previstos no currículo.

57. Ao discutir a avaliação do rendimento escolar como instrumento de gestão educacional, Sandra M. Z. L. Sousa (in Oliveira, 2013, cap. 10) afirma que “O discurso que enfatiza a urgência de se enfrentar e resolver o deteriorado quadro da realidade brasileira, particularmente do ensino básico, é hoje ‘unanimidade nacional’. Observa-se, no entanto, que os argumentos que têm sido mais utilizados, particularmente pelos responsáveis pela gestão das políticas educacionais, não são aqueles que se sustentam na luta pela educação, enquanto direito do cidadão e condição para sua participação política e social”. Sob o argumento de “ser a educação condição para o desenvolvimento econômico e para inserção do Brasil no grupo dos países mais desenvolvidos”, governo federal e governos estaduais vêm estimulando iniciativas que se orientam por uma visão interna da escola, tomando-a como “um ‘micro sistema’ educacional incumbido da construção do ‘sucesso escolar’”. Este encaminhamento, ao mesmo tempo que estimula a competição entre as escolas e as responsabiliza individualmente pela qualidade de ensino, defende o Estado mínimo e re-situa, no campo educacional, o compromisso do poder público, cabendo a ele

- (A) o desenvolvimento das capacidades que formam homens críticos e autônomos, conhecedores da sua realidade e aptos a serem seres sociais ativos e transformadores.
- (B) o financiamento das instituições de ensino públicas e agir para que todos os alunos tenham um padrão mínimo de qualidade na educação oferecida.
- (C) a promoção de programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal.
- (D) a garantia de bons salários para os professores, verbas decentes para as escolas e políticas públicas que estimulem o desenvolvimento de todos.
- (E) a aferição da produtividade, por meio de aplicação de provas de rendimento dos alunos.

58. Ao se preparar para o concurso de Diretor de escola pública municipal, Clarice leu o livro “Formação continuada de professores” (IMBERNÓN, 2010), o qual apresenta um conjunto de ideias e propostas globais que pretendem melhorar a formação continuada de professores, fazendo com que ela “abandone o individualismo docente a fim de chegar ao trabalho colaborativo” e, também, imprimindo a ela uma lógica diferente da atual que visa “atualizar e culturalizar” os professores em “conhecimentos de qualquer denominação ou tipologia”.

De acordo com Imbernón, “a formação continuada deve possibilitar o desenvolvimento coletivo de processos autônomos no trabalho docente, o compartilhamento de processos metodológicos e de gestão, a aceitação da indeterminação técnica, uma maior importância ao desenvolvimento pessoal, a potencialização da autoestima coletiva e a criação e o desenvolvimento de novas estruturas”. Segundo o autor, pouco a pouco foi surgindo a consciência sobre o papel que o formador deve assumir e sobre um modelo de formação a implementar, ou seja, o formador

- (A) mais como um colaborador prático, em um modelo mais reflexivo, no qual se criem espaços de formação, inovação e pesquisa.
- (B) enquanto simples animador de pequenos grupos, em um modelo de troca semanal de práticas bem sucedidas, na própria escola.
- (C) como um facilitador, em um modelo de apropriação dos saberes imprescindíveis ao grupo de professores, para garantir-lhes sucesso na docência.
- (D) enquanto assessor para organizar estratégias de compartilhamento de práticas de ensino eficientes, em um modelo de encontros em espaços virtuais.
- (E) como monitor acadêmico, preparado para ajudar cada docente a cumprir suas metas individuais, em um modelo de compromisso com resultados coletivos.

59. Na obra “Professores reflexivos em uma escola reflexiva”, Alarcão (2011) afirma que um “professor reflexivo” é um profissional que constrói seus conhecimentos a partir de investigações sobre sua prática, suas metodologias e sua relação com os alunos, atuando de forma inteligente e flexível. Segundo ela, o professor reflexivo é um produtor de seu próprio desenvolvimento. Ele é aquele que, diariamente, busca aprimorar suas capacidades. Para que esse professor possa se formar, é preciso, inicialmente, que haja a implantação de uma formação docente reflexiva a partir das escolas de formação dos professores, tornando-o responsável pela melhoria do ensino e não apenas um mero transmissor de conhecimento. Além dessa formação inicial, Alarcão defende uma série de estratégias de grande valor formativo, com algum destaque para a _____ no que concerne a formação de professores em contexto de trabalho.

Assinale a alternativa que preenche a lacuna do texto corretamente.

- (A) pesquisa-ação
- (B) troca de experiências
- (C) aula invertida
- (D) discussão de aula gravada em vídeo
- (E) tematização da prática

60. No livro “Educação na cidade” (1995), Freire aborda, entre outros temas, o da formação docente. No capítulo 2, ele afirma que “Não se pode pensar em mudar a cara da escola, não se pode ajudar a escola a ir ficando séria, competente, rigorosa e alegre sem pensar na formação permanente da educadora.” A seguir, ele complementa declarando que, na sua perspectiva, a formação permanente das educadoras se fará, tanto quanto possível, preponderantemente por meio da reflexão sobre a prática. Nessa perspectiva, a Lei nº 6.316, de 12 de dezembro de 2013, que institui o Estatuto e os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério e dos Servidores da Educação Básica do Ensino Público Municipal de São Bernardo do Campo, dispõe, no art. 8º, que a valorização dos Profissionais do Magistério e Servidores da Educação Básica do Ensino Público Municipal dar-se-á assegurando-se-lhes, conforme explicita seu parágrafo único:

- (A) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- (B) desenvolvimento constante, por meio de pesquisas e por meio de trocas de experiências profissionais.
- (C) participação em eventos pedagógicos, possibilitando-lhes conhecer de que forma seus colegas professores estão inovando.
- (D) oportunidades frequentes para dialogar entre si, a fim de trocarem ideias e se apoiarem em relação às necessidades que estão vivenciando na sala de aula.
- (E) efetivo período reservado a estudos, planejamento e avaliação como parte integrante da carga horária de trabalho.

REDAÇÃO

TEXTO 1

Crianças com idade entre 6 e 7 anos não aprenderam a ler nem escrever durante a pandemia. O número passou de 1,4 milhão em 2019 para 2,4 milhões em 2021. O aumento foi de 66,3%, segundo nota técnica “Impactos da pandemia na alfabetização de crianças”, do Todos Pela Educação.

Falta de equipamentos em casa, como computadores, notebooks ou tablet, ou até mesmo de internet, contribuíram para o afastamento de muitas crianças da escola. A nota técnica mostrou que, dentre as crianças mais pobres, o percentual das que não sabiam ler e escrever aumentou de 33,6% para 51,0%, entre 2019 e 2021. Dentre as crianças mais ricas, o aumento foi de 11,4% para 16,6%.

O líder de políticas educacionais do Todos Pela Educação, Gabriel Corrêa, explica que o aumento da disparidade fica ainda pior quando olhado pela perspectiva de que ele agrava problemas históricos da educação brasileira. “A alfabetização na idade correta é etapa fundamental na trajetória escolar de uma criança, e por isso esse prejuízo nos preocupa tanto. E porque os danos podem ser permanentes, uma vez que a alfabetização é condição prévia para os demais aprendizados escolares. Precisamos urgentemente de políticas consistentes para que as crianças tenham condições de serem alfabetizadas e sigam estudando. É inadmissível retrocedermos em níveis de alfabetização e escolaridade”, afirma.

(“Pandemia agravou analfabetismo infantil no Brasil; aumento foi de 66,3%” Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br>, 09.02.2022)

TEXTO 2

No Brasil, a educação é um direito social estabelecido pela Constituição Federal de 1988, reafirmado no Estatuto da Criança e do Adolescente e normatizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996. Em tese, toda criança deveria estar na escola, mas, na prática, a realidade ainda é bem diferente. Há um apagão de informações e defasagem de políticas públicas que impedem o cumprimento total desse direito, sobretudo em populações historicamente deslocadas dos grandes centros urbanos.

Em 2020, quando as portas das escolas fecharam por causa da pandemia de covid-19, muitos medos vieram à tona. Um deles seria o impacto da nova realidade em taxas como a de analfabetismo. Ainda que as escolas tenham parado temporariamente ou aderido às formas remotas de educação, uns tiveram piores índices que outros porque, de acordo com Aline Paes de Barros, diretora do Marista Escola Social Lar Feliz, “a desigualdade do acesso da criança à escola e a questão da alfabetização estão diretamente ligadas ao acesso às demais políticas que essa criança tem”. Por exemplo, uma criança que não tem acesso a alimentação de qualidade, habitação, moradia, saúde, cultura e internet possivelmente vai ter mais dificuldade no processo de alfabetização que crianças que acessam esses direitos de maneira mais igualitária. “A gente fala da desigualdade que a criança tem e que impacta a vida dela, antes mesmo de ela chegar na escola. Quando se fala de analfabetismo, se fala de políticas públicas integradas, e não apenas da política pública educacional”, acrescenta Aline.

(Alice de Souza, “Por que ainda existem crianças analfabetas no Brasil?” Disponível em: <https://lunetas.com.br>, 13.06.2022)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

DESIGUALDADE NA ALFABETIZAÇÃO PÓS-PANDEMIA: O BRASIL ESTÁ PREPARADO PARA ENFRENTAR ESSE DESAFIO?

REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
SEÇÃO DE CONCURSO, SELEÇÃO E PROMOÇÃO**

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA - CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2022

O Departamento de Gestão de Pessoas do Município de São Bernardo do Campo **DIVULGA** o gabarito da prova objetiva realizada no dia 08 de janeiro de 2023, na seguinte conformidade:

INSTRUÇÕES

1. O candidato poderá no período das **10 horas de 11 de janeiro de 2023 e 12 de janeiro de 2023 até às 23h59min**, interpor recurso contra o gabarito, conforme capítulo 14, do Edital de Abertura de Inscrições e suas retificações.
2. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site da Fundação Vunesp, www.vunesp.com.br, na Área do Candidato, no link Recursos, seguindo as instruções ali contidas.
3. O recurso interposto em desacordo com as especificações constantes do Edital de Abertura de Inscrições e suas retificações não será avaliado.
4. O edital de análise de recursos interpostos será divulgado no site da Fundação VUNESP (www.vunesp.com.br), na “Área do Candidato”, no *link* “Editais e Documentos” e no Jornal Oficial do Município “Notícias do Município” (<https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/imprensa-oficial>) com data prevista para **03 de fevereiro de 2023**.

001. PROVA OBJETIVA

AUXILIAR EM EDUCAÇÃO

1 - C	2 - A	3 - E	4 - E	5 - D	6 - A	7 - B	8 - D	9 - D	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - A	16 - E	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - E	22 - A	23 - B	24 - C	25 - C	26 - C	27 - E	28 - A	29 - D	30 - E
31 - D	32 - A	33 - B	34 - C	35 - E	36 - D	37 - C	38 - E	39 - C	40 - B
41 - E	42 - D	43 - B	44 - A	45 - C	46 - E	47 - D	48 - D	49 - B	50 - A

002. PROVA OBJETIVA

INSPETOR DE ALUNOS

1 - C	2 - A	3 - E	4 - E	5 - D	6 - A	7 - B	8 - D	9 - D	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - A	16 - E	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D

21 - E	22 - A	23 - B	24 - C	25 - C	26 - C	27 - E	28 - A	29 - D	30 - E
31 - B	32 - B	33 - D	34 - C	35 - E	36 - A	37 - A	38 - C	39 - E	40 - D
41 - C	42 - D	43 - A	44 - B	45 - E	46 - E	47 - A	48 - C	49 - B	50 - D

003. PROVA OBJETIVA

OFICIAL DE ESCOLA

1 - C	2 - A	3 - E	4 - E	5 - D	6 - A	7 - B	8 - D	9 - D	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - A	16 - E	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - E	22 - A	23 - B	24 - C	25 - C	26 - C	27 - E	28 - A	29 - D	30 - E
31 - C	32 - D	33 - C	34 - E	35 - B	36 - B	37 - D	38 - E	39 - A	40 - A
41 - C	42 - B	43 - E	44 - A	45 - D	46 - C	47 - B	48 - D	49 - E	50 - A

004. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR I DE EDUCAÇÃO BÁSICA

1 - C	2 - A	3 - D	4 - D	5 - E	6 - B	7 - C	8 - E	9 - A	10 - E
11 - A	12 - E	13 - B	14 - C	15 - C	16 - D	17 - B	18 - A	19 - E	20 - D
21 - E	22 - C	23 - B	24 - A	25 - D	26 - C	27 - E	28 - B	29 - C	30 - A
31 - B	32 - B	33 - C	34 - D	35 - D	36 - D	37 - A	38 - A	39 - C	40 - C
41 - E	42 - C	43 - E	44 - A	45 - C	46 - C	47 - A	48 - C	49 - B	50 - D

005. PROVA OBJETIVA

TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

1 - C	2 - A	3 - E	4 - E	5 - D	6 - A	7 - B	8 - D	9 - D	10 - B
11 - C	12 - B	13 - B	14 - A	15 - A	16 - E	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - E	22 - A	23 - B	24 - C	25 - C	26 - C	27 - E	28 - A	29 - D	30 - E
31 - A	32 - A	33 - B	34 - D	35 - A	36 - C	37 - E	38 - C	39 - B	40 - E

41 - D	42 - B	43 - E	44 - D	45 - C	46 - A	47 - C	48 - B	49 - E	50 - D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

006. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1 - D	2 - E	3 - B	4 - D	5 - C	6 - C	7 - A	8 - E	9 - A	10 - C
11 - E	12 - D	13 - A	14 - C	15 - B	16 - E	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - E	22 - C	23 - D	24 - A	25 - B	26 - C	27 - B	28 - D	29 - C	30 - A
31 - E	32 - D	33 - B	34 - D	35 - A	36 - D	37 - A	38 - B	39 - D	40 - C
41 - A	42 - E	43 - B	44 - D	45 - C	46 - B	47 - E	48 - C	49 - C	50 - B
51 - A	52 - D	53 - D	54 - A	55 - E	56 - C	57 - E	58 - A	59 - D	60 - B

007. PROVA OBJETIVA

COORDENADOR PEDAGÓGICO

1 - D	2 - E	3 - D	4 - C	5 - C	6 - E	7 - D	8 - A	9 - C	10 - B
11 - E	12 - B	13 - A	14 - C	15 - D	16 - E	17 - C	18 - B	19 - A	20 - D
21 - B	22 - A	23 - E	24 - C	25 - B	26 - B	27 - D	28 - A	29 - C	30 - E
31 - B	32 - E	33 - C	34 - A	35 - C	36 - E	37 - B	38 - E	39 - A	40 - C
41 - E	42 - E	43 - A	44 - C	45 - D	46 - D	47 - A	48 - D	49 - E	50 - A
51 - B	52 - A	53 - E	54 - D	55 - B	56 - D	57 - B	58 - D	59 - B	60 - C

008. PROVA OBJETIVA

DIRETOR ESCOLAR

1 - D	2 - E	3 - D	4 - C	5 - C	6 - E	7 - D	8 - A	9 - C	10 - B
11 - E	12 - B	13 - A	14 - C	15 - D	16 - E	17 - C	18 - B	19 - A	20 - D
21 - E	22 - B	23 - E	24 - A	25 - B	26 - B	27 - C	28 - D	29 - D	30 - E
31 - D	32 - C	33 - E	34 - C	35 - A	36 - A	37 - C	38 - B	39 - B	40 - E
41 - D	42 - B	43 - D	44 - B	45 - C	46 - E	47 - B	48 - A	49 - D	50 - A

51 - C	52 - D	53 - B	54 - A	55 - D	56 - C	57 - E	58 - A	59 - A	60 - E
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

009. PROVA OBJETIVA

FISIOTERAPEUTA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1 - D	2 - E	3 - B	4 - D	5 - C	6 - C	7 - A	8 - E	9 - A	10 - C
11 - E	12 - D	13 - A	14 - C	15 - B	16 - E	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - E	22 - C	23 - D	24 - A	25 - B	26 - B	27 - A	28 - E	29 - C	30 - D
31 - B	32 - D	33 - A	34 - C	35 - A	36 - D	37 - E	38 - B	39 - C	40 - A
41 - B	42 - C	43 - D	44 - A	45 - E	46 - C	47 - B	48 - D	49 - B	50 - E
51 - A	52 - C	53 - B	54 - C	55 - E	56 - B	57 - D	58 - B	59 - C	60 - B

010. PROVA OBJETIVA

FONOAUDIÓLOGO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1 - D	2 - E	3 - B	4 - D	5 - C	6 - C	7 - A	8 - E	9 - A	10 - C
11 - E	12 - D	13 - A	14 - C	15 - B	16 - E	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - E	22 - C	23 - D	24 - A	25 - B	26 - C	27 - D	28 - B	29 - D	30 - A
31 - B	32 - D	33 - C	34 - A	35 - E	36 - B	37 - D	38 - C	39 - E	40 - A
41 - D	42 - E	43 - B	44 - D	45 - A	46 - B	47 - E	48 - E	49 - A	50 - C
51 - B	52 - C	53 - E	54 - A	55 - E	56 - D	57 - B	58 - C	59 - C	60 - A

011. PROVA OBJETIVA

NUTRICIONISTA

1 - D	2 - E	3 - B	4 - D	5 - C	6 - C	7 - A	8 - E	9 - A	10 - C
11 - E	12 - C	13 - D	14 - B	15 - E	16 - A	17 - D	18 - A	19 - C	20 - B
21 - E	22 - C	23 - D	24 - A	25 - B	26 - A	27 - C	28 - A	29 - A	30 - E
31 - D	32 - D	33 - C	34 - B	35 - E	36 - D	37 - B	38 - E	39 - D	40 - C

41 - B	42 - E	43 - B	44 - D	45 - A	46 - E	47 - A	48 - D	49 - C	50 - B
51 - D	52 - E	53 - B	54 - E	55 - A	56 - C	57 - A	58 - E	59 - B	60 - C

012. PROVA OBJETIVA

ORIENTADOR PEDAGÓGICO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1 - D	2 - E	3 - D	4 - C	5 - C	6 - E	7 - D	8 - A	9 - C	10 - B
11 - E	12 - B	13 - A	14 - C	15 - D	16 - E	17 - C	18 - B	19 - A	20 - D
21 - E	22 - A	23 - B	24 - C	25 - D	26 - A	27 - D	28 - B	29 - B	30 - C
31 - E	32 - D	33 - C	34 - B	35 - A	36 - A	37 - C	38 - D	39 - B	40 - A
41 - E	42 - D	43 - A	44 - D	45 - E	46 - A	47 - C	48 - E	49 - B	50 - D
51 - A	52 - B	53 - C	54 - A	55 - B	56 - E	57 - E	58 - D	59 - D	60 - C

013. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - AUDIOCOMUNICAÇÃO

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - B	22 - D	23 - C	24 - E	25 - A	26 - E	27 - E	28 - D	29 - B	30 - B
31 - C	32 - B	33 - C	34 - A	35 - A	36 - B	37 - A	38 - D	39 - E	40 - E
41 - B	42 - C	43 - A	44 - D	45 - E	46 - B	47 - C	48 - A	49 - D	50 - C
51 - E	52 - B	53 - D	54 - C	55 - A	56 - A	57 - D	58 - E	59 - B	60 - E

014. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - DEFICIÊNCIA INTELECTUAL/MENTAL

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - B	22 - D	23 - C	24 - E	25 - A	26 - E	27 - E	28 - D	29 - B	30 - B
31 - C	32 - B	33 - C	34 - A	35 - A	36 - B	37 - A	38 - D	39 - E	40 - E

41 - A	42 - D	43 - D	44 - A	45 - C	46 - A	47 - B	48 - E	49 - C	50 - D
51 - B	52 - E	53 - B	54 - A	55 - C	56 - D	57 - A	58 - B	59 - C	60 - E

015. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - DEFICIÊNCIA VISUAL

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - B	22 - D	23 - C	24 - E	25 - A	26 - E	27 - E	28 - D	29 - B	30 - B
31 - C	32 - B	33 - C	34 - A	35 - A	36 - B	37 - A	38 - D	39 - E	40 - E
41 - C	42 - A	43 - E	44 - A	45 - E	46 - B	47 - C	48 - E	49 - D	50 - A
51 - A	52 - C	53 - D	54 - D	55 - C	56 - B	57 - A	58 - B	59 - D	60 - C

016. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II DE EDUCAÇÃO BÁSICA - ARTE

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - B	22 - A	23 - D	24 - C	25 - E	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A
31 - E	32 - D	33 - C	34 - C	35 - E	36 - B	37 - E	38 - A	39 - B	40 - D
41 - C	42 - E	43 - C	44 - D	45 - E	46 - A	47 - C	48 - A	49 - A	50 - D
51 - C	52 - B	53 - E	54 - D	55 - B	56 - A	57 - D	58 - E	59 - E	60 - D

017. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II DE EDUCAÇÃO BÁSICA - CIÊNCIAS

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - B	22 - A	23 - D	24 - C	25 - E	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A
31 - E	32 - D	33 - C	34 - C	35 - E	36 - B	37 - E	38 - A	39 - B	40 - D

41 - B	42 - C	43 - E	44 - D	45 - B	46 - E	47 - C	48 - C	49 - E	50 - A
51 - C	52 - D	53 - A	54 - B	55 - A	56 - D	57 - A	58 - A	59 - A	60 - C

018. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II DE EDUCAÇÃO BÁSICA - EDUCAÇÃO FÍSICA

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - B	22 - A	23 - D	24 - C	25 - E	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A
31 - E	32 - D	33 - C	34 - C	35 - E	36 - B	37 - E	38 - A	39 - B	40 - D
41 - C	42 - D	43 - C	44 - A	45 - E	46 - C	47 - E	48 - D	49 - E	50 - B
51 - D	52 - B	53 - E	54 - D	55 - B	56 - A	57 - E	58 - B	59 - A	60 - C

019. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II DE EDUCAÇÃO BÁSICA - GEOGRAFIA

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - B	22 - A	23 - D	24 - C	25 - E	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A
31 - E	32 - D	33 - C	34 - C	35 - E	36 - B	37 - E	38 - A	39 - B	40 - D
41 - C	42 - B	43 - E	44 - A	45 - C	46 - B	47 - D	48 - E	49 - A	50 - D
51 - C	52 - A	53 - D	54 - B	55 - E	56 - D	57 - C	58 - E	59 - A	60 - B

020. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II DE EDUCAÇÃO BÁSICA - HISTÓRIA

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - B	22 - A	23 - D	24 - C	25 - E	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A

31 - E	32 - D	33 - C	34 - C	35 - E	36 - B	37 - E	38 - A	39 - B	40 - D
41 - C	42 - B	43 - E	44 - B	45 - A	46 - E	47 - C	48 - A	49 - D	50 - C
51 - A	52 - E	53 - D	54 - A	55 - B	56 - D	57 - E	58 - C	59 - B	60 - D

021. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II DE EDUCAÇÃO BÁSICA - INGLÊS

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - B	22 - A	23 - D	24 - C	25 - E	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A
31 - E	32 - D	33 - C	34 - C	35 - E	36 - B	37 - E	38 - A	39 - B	40 - D
41 - D	42 - C	43 - A	44 - E	45 - C	46 - B	47 - B	48 - C	49 - D	50 - A
51 - E	52 - C	53 - E	54 - A	55 - D	56 - E	57 - C	58 - E	59 - A	60 - D

022. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II DE EDUCAÇÃO BÁSICA - MATEMÁTICA

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D
21 - B	22 - A	23 - D	24 - C	25 - E	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A
31 - E	32 - D	33 - C	34 - C	35 - E	36 - B	37 - E	38 - A	39 - B	40 - D
41 - B	42 - A	43 - B	44 - E	45 - B	46 - C	47 - C	48 - A	49 - E	50 - C
51 - D	52 - E	53 - B	54 - A	55 - D	56 - C	57 - C	58 - A	59 - B	60 - D

023. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II DE EDUCAÇÃO BÁSICA - PORTUGUÊS

1 - C	2 - D	3 - E	4 - A	5 - D	6 - B	7 - A	8 - E	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - D	17 - C	18 - E	19 - D	20 - D

21 - B	22 - A	23 - D	24 - C	25 - E	26 - B	27 - A	28 - D	29 - C	30 - A
31 - E	32 - D	33 - C	34 - C	35 - E	36 - B	37 - E	38 - A	39 - B	40 - D
41 - D	42 - D	43 - B	44 - C	45 - C	46 - A	47 - D	48 - C	49 - B	50 - E
51 - C	52 - E	53 - B	54 - A	55 - B	56 - D	57 - C	58 - A	59 - A	60 - E

024. PROVA OBJETIVA

PSICÓLOGO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1 - D	2 - E	3 - B	4 - D	5 - C	6 - C	7 - A	8 - E	9 - A	10 - C
11 - E	12 - D	13 - A	14 - C	15 - B	16 - E	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - E	22 - C	23 - D	24 - A	25 - B	26 - C	27 - A	28 - A	29 - D	30 - A
31 - B	32 - C	33 - E	34 - C	35 - D	36 - B	37 - B	38 - A	39 - E	40 - B
41 - A	42 - B	43 - D	44 - C	45 - A	46 - C	47 - E	48 - E	49 - D	50 - A
51 - A	52 - E	53 - B	54 - E	55 - C	56 - D	57 - D	58 - C	59 - A	60 - D

025. PROVA OBJETIVA

TERAPEUTA OCUPACIONAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1 - D	2 - E	3 - B	4 - D	5 - C	6 - C	7 - A	8 - E	9 - A	10 - C
11 - E	12 - D	13 - A	14 - C	15 - B	16 - E	17 - B	18 - A	19 - C	20 - D
21 - E	22 - C	23 - D	24 - A	25 - B	26 - A	27 - B	28 - D	29 - E	30 - C
31 - D	32 - A	33 - D	34 - E	35 - C	36 - B	37 - B	38 - D	39 - B	40 - B
41 - C	42 - E	43 - A	44 - C	45 - D	46 - E	47 - D	48 - B	49 - E	50 - D
51 - B	52 - C	53 - E	54 - A	55 - B	56 - E	57 - D	58 - A	59 - B	60 - A

E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

São Bernardo do Campo, 09 de janeiro de 2023.

RENATA VALDRIGHI RAMOS DE PAULA
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas